

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ
ESTADO DE MINAS GERAIS

MENSAGEM Nº 027, DE 14 DE JUNHO DE 2021.

**Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Ubá,
Senhoras e Senhores Vereadores:**

Submeto à tramitação e votação da Câmara Municipal de Ubá, nos termos do art. 55, III, da Lei Orgânica Ubaense, o projeto de lei anexo, que *“autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco do Brasil S.A., e dá outras providências”*.

A operação de crédito pretendida é em substituição a outra já autorizada pela Câmara Municipal de Ubá (Lei 4.738/19), não efetivada em razão de morosidade na análise e tramitação do projeto pelo órgão financiador.

De fato, embora apresentados todos os documentos e atendidos os requisitos técnicos, a Caixa Econômica Federal não finalizou o processo. Como os recursos eram destinados a obras de infraestrutura urbana que não poderiam ser adiadas sob pena de prolongar o sofrimento dos habitantes locais, algumas tiveram que ser realizadas com outras fontes de recursos, v.g., a drenagem pluvial no Bairro Waldemar de Castro (Beco do Sapo), Travessa Miceno Caldeira até o Rio Ubá nas proximidades da Polícia Rodoviária Estadual, com algumas fases ainda em execução.

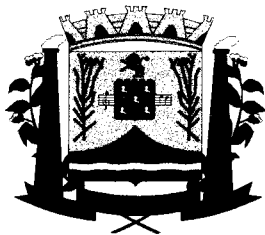
Como parte das obras pretendidas foram pagas recursos próprios e outros fontes de receita, outras regiões da cidades permanecem carentes da realização de importantes obras de infraestrutura e drenagem, necessitando o Município de ter acesso a financiamento público de recursos para sua realização. Sim, porque os recursos são provenientes de bancos públicos, com amortização facilitada para Estados e Municípios.

PROTOCOLO

Nº 13.117 HORA 13:11 DATA 13/06/2021 JANEIRO, 238 – CENTRO – UBÁ – MG CEP 36500-000 TEL 32 3301-6101

EM: 14/06/2021 13:11

Luiz Roberto
CÂMARA MUNICIPAL DE UBÁ



PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ

ESTADO DE MINAS GERAIS

Assim, é intenção da administração municipal desistir do financiamento ainda em análise na Caixa Econômica Federal (revogando-se a Lei 4.738/19) e buscar outro, em substituição, junto ao Banco do Brasil, que já sinalizou com a viabilidade dessa pretensão municipal.

Os recursos advindos dessa operação de crédito seriam empregados em obras de drenagem pluvial da Rua Cel. Júlio Soares, incluindo a total recomposição do calçamento em bloquete, pavimentação (asfalto e bloquete) em diversas vias públicas e outras obras de infraestrutura viária.

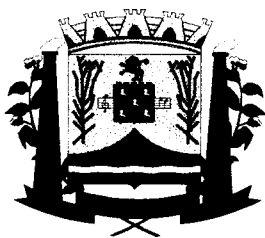
A oferta de recursos pelos bancos públicos para financiar obras de infraestrutura para os municípios constitui prática rotineira e legal na administração pública, principalmente em razão da concentração da arrecadação de tributos por parte dos governos federal e estadual, conquanto muitos municípios detêm poder arrecadatório suficiente apenas para obras de manutenção e custeio. Exemplo disso é que ao longo do último mandato municipal, esta administração realizou o pagamento acima de 4,4 milhões de reais de financiamento tomado pela administração anterior junto ao BDMG.

Eis, portanto, o projeto de lei que ofereço à consideração dessa Edilidade, invocando a tramitação de urgência prevista no art. 83 da Lei Orgânica Ubaense.

Atenciosamente,



EDSON TEIXEIRA FILHO
Prefeito de Ubá



PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ
ESTADO DE MINAS GERAIS

à CLJR,
COPTC e
CUMASP.
em 24/6/22.

PROJETO DE LEI Nº 74/22

Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o BANCO DO BRASIL S.A., e dá outras providências.

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a contratar operação de crédito junto ao BANCO DO BRASIL S.A., até o valor de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais), nos termos da Resolução CMN nº 4.589, de 29.06.2017, e suas alterações, destinados a realização de obras de infraestrutura urbana, viária e drenagem, observada a legislação vigente, em especial as disposições da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Parágrafo único. Os recursos provenientes da operação de crédito autorizada serão obrigatoriamente aplicados na execução dos empreendimentos previstos no caput deste artigo, sendo vedada a aplicação de tais recursos em despesas correntes, em consonância com o § 1º do art. 35 da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 2º Os recursos provenientes da operação de crédito a que se refere esta Lei deverão ser consignados como receita no Orçamento ou em créditos adicionais, nos termos do inc. II, § 1º, art. 32, da Lei Complementar 101/2000 e arts. 42 e 43, inc. IV, da Lei nº 4.320/1964.

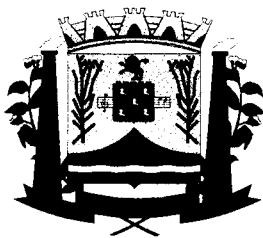
Art. 3º Os orçamentos ou os créditos adicionais deverão consignar, anualmente, as dotações necessárias às amortizações e aos pagamentos dos encargos, relativos aos contratos de financiamento a que se refere o artigo primeiro.

Art. 4º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais destinados a fazer face aos pagamentos de obrigações decorrentes da operação de crédito ora autorizada.

Art. 5º Para pagamento do principal, juros, tarifas bancárias e demais encargos financeiros e despesas da operação de crédito, fica o Banco do Brasil autorizado a debitar na conta-corrente de titularidade do Município, mantida em sua agência, a ser indicada no contrato, em que são efetuados os créditos dos recursos do Município, os montantes necessários às amortizações e pagamento final da dívida, nos prazos contratualmente estipulados.

Parágrafo único. Fica dispensada a emissão da nota de empenho para a realização das despesas a que se refere este artigo, nos termos do §1º, do art. 60, da Lei 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 6º Fica Revogada a Lei Municipal nº 4.738, de 20 de dezembro de 2019.



PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ
ESTADO DE MINAS GERAIS

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Ubá, MG, 14 de junho de 2021.



EDSON TEIXEIRA FILHO
Prefeito de Ubá